

ARTIGO EDITORIAL

**COMPETÊNCIAS PARA ATUAR SUSTENTAVELMENTE A FAVOR DO  
MEIO AMBIENTE**

*Skills to act sustainable in favor of the environment*

---

MORENO, Márcia<sup>1</sup>, & MAFRA, Paulo<sup>2</sup>

---

A prática educativa deveria estimular nos alunos a capacidade de adquirirem “competência para a ação” (Uzzel et al., 1998), tanto individual como coletiva. Contudo, na realidade, existe um demonstrado interesse a favor do meio ambiente mas, simultaneamente, coincidente com um sentimento de impotência, por se sentirem incapazes de definir objetivos e implementar os comportamentos adequados, uma vez que não sabem como atuar para solucionar as problemáticas ambientais para as quais se sentem consciencializados.

De acordo com Mogensen et al. (2009), estar adaptado a uma certa situação através de uma mudança de comportamento não é o mesmo que ser uma pessoa competente para a ação. O enfoque na *mudança de comportamento* tem como objetivo fornecer padrões de conduta que, aqui e agora, se considera que contribuem a resolver problemas ambientais atuais. O enfoque na *competência para a ação* refere-se ao desenvolvimento de abordagens críticas, refletivas e participativas com as quais o futuro adulto pode enfrentar problemas ambientais de uma forma democrática. Assim, tem de se ter em atenção se se desenvolvem a vontade e a habilidade dos alunos para se

---

<sup>1</sup> MÁRCIA MORENO - Instituto Politécnico de Bragança | Grupo de Investigação "Atitude" para os Estudos Pessoa-Ambiente da Universidade da Corunha | Centro de Investigação em Estudos da Criança do Instituto de Educação da Universidade do Minho, PORTUGAL. Email: [marcia.moreno@gmail.com](mailto:marcia.moreno@gmail.com)

<sup>2</sup> PAULO MAFRA – Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança | Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC) do Instituto de Educação da Universidade do Minho e o Centro de Investigação em Ensino Básico (CIEB) do Instituto Politécnico de Bragança, PORTUGAL. Email: [pmafra@ipb.pt](mailto:pmafra@ipb.pt)

implicarem nas questões ambientais e se os capacita para formarem os seus próprios critérios para tomarem decisões e poderem eleger as ações mais apropriadas. Neste sentido, a ação é vista numa perspetiva futura em que a direção não é ditada de antemão. Mogensen et al. (2009) acrescentam que, os alunos deverão questionar-se e perguntar-se sobre os motivos pelos quais as coisas são como são e por que os outros (e também eles próprios) atuam como atuam. Em outras palavras, implica que os alunos se transformem em pensadores críticos, cujos objetivos finais são o raciocínio e o juízo, especialmente unidos na competência para a ação. Claro que, o enfoque orientado na ação em educação ambiental, no qual o objetivo central é o desenvolvimento da habilidade dos alunos para atuar e levar a cabo mudanças, tem consequências em termos do requerimento de certos tipos de conhecimentos ambientais que têm de ser desenvolvidos pelos alunos, nomeadamente, conhecimentos sobre as causas, sobre os efeitos, sobre as estratégias para a mudança e, por fim, sobre as alternativas e visões.

Há aspectos da competência para a ação que têm sido descritos e analisados, tais como o compromisso; a vontade e a coragem para agir; o conhecimento sobre consequências e as causas para os problemas; o conhecimento e a capacidade para desenvolver visões e possíveis soluções para um problema; o conhecimento sobre como influenciar e mudar as condições; e, finalmente, ser capaz de colocar esse conhecimento em prática. Existe ainda a necessidade de apostar numa educação que tenha como finalidade a mudança das suas práticas. Neste sentido, Moreno e Mafra (2019) sublinham a necessidade premente de uma educação, em particular uma educação ambiental, orientada aos processos, ao desenvolvimento de competências, à capacitação para a ação e à tomada de decisões.

Acrescentam também que a forma mais eficaz para consolidar os conhecimentos aprendidos será colocá-los em prática e, neste sentido, a intenção de conduta deve contemplar-se junto ao desenvolvimento da *competência para a ação* com critérios de sustentabilidade, isto é, com a capacidade para utilizar os conhecimentos e habilidades noutros contextos, tanto a nível individual como coletivo. A *competência para a ação com critérios de sustentabilidade* é, neste contexto, definida como uma vontade e capacidade para influenciar as condições de vida, bem como os estilos de vida, de uma forma que envolve a responsabilidade intergeracional e global, o que é necessariamente diferente de acordo com os diversos contextos culturais. Aqui inclui-se a capacidade de agir a partir de uma base de conhecimento que é sempre incompleta, e estar preparado

para mudar decisões e comportamentos quando evoluem novos conhecimentos ou ideias (Almers, 2013). Torna-se evidente que não se pode satisfazer as necessidades das pessoas, no aqui e agora, sem alterar radicalmente as condições atuais para que as gerações futuras possam satisfazer as suas.

Transformar a educação num agente de mudança, afigura-se então como um grande desafio da educação para a sustentabilidade.

Neste sentido, a escola não pode adotar uma atitude passiva face a esta realidade. Tratando-se de um local privilegiado para o desenvolvimento de uma formação integral do aluno cabe-lhe, pois, agarrar este desafio.

Crianças e jovens comprometidos e competentes para a ação são detentores de uma força valiosa, o que pode influenciar a mudança como um grande investimento no seu futuro e qualidade de vida, podendo-se aproximar dos problemas com uma visão mais otimista e “fresca”. Um processo educativo (um programa ou uma atividade de educação ambiental) realizada entre pares, isto é, que inclua crianças com características e experiências semelhantes, pode contribuir para uma mudança no próprio grupo, que se pode estender ao nível da sociedade onde vivem, modificando, consequentemente, normas antes estabelecidas e estimulando a ação coletiva como contributo para a mudança individual. Uma educação realizada entre pares dá oportunidades para as crianças adquirirem novos conhecimentos, capacidades de ação prática, mudar as suas atitudes e comportamentos ambientais, e aprofundar os seus valores ecológicos.

Um outro aspeto a considerar prende-se com o facto de que quando um comportamento produz resultados positivos, e favoráveis ao ambiente, as crianças tendem a imitar a ação bem-sucedida. Ao observar os outros, as crianças aprendem as exigências e as dificuldades de uma tarefa, as estratégias mais eficazes e os potenciais resultados. Contudo, entregues a si próprios, as crianças podem facilmente sentir-se impotentes com a escala dos problemas ambientais. Elas necessitam de oportunidades para trabalhar a mudança social e ambiental em conjunto com outros, a fim de adquirirem um sentimento coletivo de competência, ou a crença, conduzida por membros de um grupo, de que podem coordenar as suas próprias ações de forma eficaz e, assim, atingirem objetivos partilhados através de esforços conjuntos.

De realçar, no entanto, que a escala dos problemas ambientais anteriormente referida torna-se de importância vital para que as crianças se sintam motivadas a adquirirem competências para a ação que resultem na mudança efetiva de comportamentos. Neste sentido, Moreno e Mafra (2020) referem que a ligação das crianças ao ambiente envolvente onde vivem/estudam, são, efetivamente, as mais apropriadas. As atividades realizadas na natureza (no próprio meio local) com crianças nos primeiros anos de escolaridade, integrando problemáticas locais, aliadas aos exemplos dos pais, professores e outros modelos, que, obviamente, revelem importância pela natureza, são fundamentais para predispor as crianças a obterem um interesse pelo ambiente natural e, mais tarde, trabalharem no sentido da sua proteção (Moreno, 2014). De acordo com a mesma autora, os programas de educação e participação ambiental realizados no próprio ambiente natural podem potenciar o aumento do conhecimento sobre as questões ambientais e promover competências para a ação a favor do ambiente.

Uma vez que a maioria dos problemas ambientais estão relacionados com as dinâmicas do comportamento humano, uma das estratégias que se tem utilizado para confrontá-los tem sido desenvolver na população uma conduta ecológica responsável ou comportamento pró-ambiental (Otero, 2006). Um comportamento designa-se de pró-ambiental quando pretende solucionar algum problema ambiental ou proteger o meio envolvente de uma maneira intencional e efetiva; isto é, se se trata de um comportamento ou conduta produto ou resultado de ações que modificam positiva ou visivelmente o meio ambiente, prevenindo ou reduzindo danos ou, até mesmo, beneficiando o próprio meio natural ou construído (Kollmuss & Agyeman, 2002).

A educação visa alcançar uma melhoria positiva e sustentável de atitudes no sentido de um comportamento pró-ambiental (Liefländer & Bogner, 2014). Contudo, torna-se importante realçar que os problemas ambientais são problemas sociais que devem ser solucionados a nível político. Neste sentido, não é tarefa da escola ou da educação solucionar os problemas políticos da sociedade, nem melhorar o mundo através do comportamento dos alunos (Mogensen et al., 2009). Assim, segundo estes autores, torna-se crucial distinguir entre o aspeto pedagógico da ação e a sua importância material e, nesta perspetiva, consideram positivo o facto de os alunos adotarem uma dimensão ativa na sua aprendizagem centrada na realização de ações de educação ambiental onde expressem possíveis soluções de resolução dos referidos problemas.

Contudo, de acordo com Álvarez e Vega (2009), os indivíduos só realizam comportamentos ambientalmente responsáveis quando estão suficientemente informados sobre a problemática ambiental, quando se encontram motivados em relação a ela, para além de a verem capaz de gerar mudanças qualitativas, se estão convencidos da efetividade da sua ação e se esta não lhes vai provocar importantes dificuldades. Segundo os mesmos autores, o incremento da sensibilidade social no que respeita à melhoria e defesa do meio ambiente parece não se ter traduzido em comportamentos específicos. Defendem, portanto, que as correlações entre atitudes pró-ambientais e comportamentos ecologicamente responsáveis são, geralmente, muito baixas, pelo que, na verdade, uma alta consciencialização a respeito do meio ambiente, por si só, não assegura a colocação em prática de comportamentos ecológicos responsáveis. Em geral, a relação entre o conhecimento ambiental, atitudes e comportamento pró-ambiental ainda não está clara (Vega e Álvarez, 2011). Contudo, os comportamentos podem influenciar-se culturalmente e dependem diretamente da educação que os indivíduos recebem. São, portanto, os fatores de contexto que influenciam mais os comportamentos do que os próprios fatores pessoais, de tal forma que quanto menor for a influência dos fatores do contexto maior é a correspondência entre as atitudes pró-ambientais e comportamentos ecológicos (Stern, 2000). O mesmo autor acrescenta que os comportamentos pró-ambientais dependem de um amplo leque de fatores causais, gerais e específicos de comportamento, incluindo fatores comportamentais, capacidades pessoais, fatores contextuais, hábitos e rotinas.

Os educadores ambientais não podem mudar a condição socioeconómica dos alunos, no entanto podem influenciar as suas oportunidades para adquirir conhecimentos, formar atitudes positivas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento de competências para a ação (Moreno e Mafra, 2019). Neste sentido, a educação ambiental desempenha um papel importante na transmissão de conceitos e vivências necessárias que permitam aos indivíduos desenvolver e adquirir atitudes mais responsáveis a respeito das relações Homem-Meio, a fim de os capacitar para que tomem decisões que mantenham a qualidade ambiental do seu meio envolvente e, portanto, se impliquem ativamente no sentido da produção de uma mudança social e ambiental.

Tal e como Arbuthnot (1977) afirma, o êxito das decisões políticas, programas educativos e outros esforços que dependem da ação individual específica, no âmbito dos problemas ambientais, pode depender da nossa compreensão das relações entre personalidade, atitudes e valores ambientais, conhecimentos e comportamentos.

As pessoas necessitam de *valorizar* a proteção do meio ambiente para o seu próprio bem, ou porque compreendem os seus benefícios para a sociedade humana (atitudes e valores). Elas também precisam de *saber* o suficiente sobre as questões ambientais para compreender as consequências para si e para as pessoas e lugares que lhes são importantes (conhecimentos). Finalmente, as pessoas precisam de *acreditar* que podem ter um efeito sobre estes assuntos e que as normas sociais determinam que eles devem agir (capacitação para a ação - comportamentos) (Chawla & Cushing, 2007).

A educação ambiental, precisamente, pode contribuir para alcançar esta consciência, o conhecimento, a atitude e o comportamento responsáveis em relação ao ambiente, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento de uma conduta sustentável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almers, E. (2013). Pathways to Action Competence for Sustainability - Six Themes. *The Journal of Environmental Education*, 44(2), 116-127. doi: 10.1080/00958964.2012.719939
- Arbuthnot, J. (1977). The roles of attitudinal and personality variables in the prediction of environmental behavior and knowledge. *Environmental and Behavior*, 9, 217-232. <https://doi.org/10.1177/001391657792004>
- Álvarez, P., & Vega, P. (2009). Actitudes Ambientales y Conductas Sostenibles. Implicaciones para la Educación Ambiental. *Revista de Psicodidáctica*, 14(2). 245-260.
- Chawla, L., & Cushing, D. (2007). Education for strategic environmental behavior. *Environmental Education Research*, 13(4), 437-452.
- Otero, M. D. (2006). Aproximaciones psicosociales a la educación ambiental. (Dissertação de Doutoramento). Universidade da Corunha. Grupo de Investigação Pessoa-Ambiente. Corunha: Servicio de Publicaciones.

Kollmuss, A., & Agyeman, J. (2002). Mind the gap: Why do people act environmentally and what are the barriers to proenvironmental behaviour? *Environmental Education Research*, 8(3), 239-260. doi: 10.1080/13504620220145401

Liefländer, A., & Bogner, F. (2014) The Effects of Children's Age and Sex on Acquiring Pro-Environmental Attitudes Through Environmental Education. *The Journal of Environmental Education*, 45(2), 105-117.  
<https://doi.org/10.1080/00958964.2013.875511>

Mogensen, F., Mayer, M., Breiting, S., & Varga, A. (2009). *Educación para el desarrollo sostenible. Tendencias, divergencias y criterios de calidad*. Barcelona: Editorial Graó.

Moreno, M. (2014). Competências para atuar sustentavelmente a favor do meio ambiente. Um estudo sobre os conhecimentos, as atitudes e os comportamentos face a um ambiente sustentável com alunos portugueses do 1.º ciclo do ensino básico. (Tese de Doutoramento). Departamento de Pedagogia e Didática. Universidade da Corunha. Corunha.

Moreno, M., & Mafra, P. (2020). Do antropocentrismo ao ecocentrismo: o projeto rios na mudança de atitudes ambientais. *Cadernos Educação Tecnologia e Sociedade*, 13(1), 66-78. doi: 10.14571/brajets.v13.n1.66-78

Moreno, M., & Mafra, P. (2019). Literacia Ambiental: uma necessidade para uma sociedade ambientalmente ativa. *Eduser - Revista De Educação*, 11(2), 66-76. doi:10.34620/eduser.v11i2.133

Stern, P.C. (2000). Toward a coherent theory of environmentally significant behavior. *Journal of Social Issues*, 56(3), 407–24. <https://doi.org/10.1111/0022-4537.00175>

Uzzell, D., Fontes, P., Jensen, B., Vognsen, C., Uhrenholdt, G., Gotteadiener, H. Davallon, J. e Kofoed, J. (1998). *As crianças como agentes de mudança ambiental*. Porto: Tipografia do Carvalhido.

Vega, P., & Álvarez, P. (2011). La agenda 21 y la huella ecológica como instrumentos para lograr una Universidad sostenible. *Enseñanza de las Ciencias*, 29(2), 207-220.